

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.559, DE 2014.

Institui o Fundo Nacional para a Promoção dos Direitos da Mulher e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional para a promoção dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

Autor: Deputada **Flávia Moraes**

Relator: Deputado **Pompeo de Mattos**

I – RELATÓRIO

A ilustre Deputada Flávia Moraes apresenta projeto de lei que institui o Fundo Nacional para a Proteção dos Direitos da Mulher. Afirma que, apesar dos avanços sociais e econômicos do país, as mulheres carregam ainda o fardo da pobreza, da desigualdade e da violência.

Registra a autora o compromisso do país com a promoção dos direitos da mulher, por haver internalizado importantes tratados internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher). Lembra a adoção de outras medidas, tais quais a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (em 1985) e a Secretaria de Políticas para a Mulher (em 2003).

Ressalta, contudo, a persistência de obstáculos para a adequada tutela do direito das mulheres, entre eles a carência de recursos de que dispõe o Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Assim, com a finalidade de propiciar meios para a melhor elaboração e execução de políticas que visem à eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, propõe a criação do mencionado Fundo.

De acordo com a proposta, a receita do fundo pode provir de contribuições de pessoas físicas ou jurídicas (admitida a dedução do imposto de renda); do resultado de aplicações do governo e de organismos internacionais, entre outros.

A proposição, em regime de tramitação ordinária, foi distribuída à apreciação conclusiva das comissões (art. 24, II, do Regimento Interno).

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise de matérias atinentes ao direito da mulher (art. 32, XVII, *¶*).

É louvável a iniciativa da nobre Deputada Flávia Moraes. Em que pese o avanço das conquistas alcançadas pelas mulheres em tempos recentes, não se pode fechar os olhos às desigualdades ainda persistentes. A igualdade formal, decorrente da Constituição, de tratados internacionais e de leis editadas por este Congresso Nacional, não se espelha totalmente no dia-a-dia de milhares de brasileiras. A promoção dos direitos das mulheres, conforme observou com lucidez a autora, não é satisfeita apenas com textos legislativos; requer notadamente a atuação estatal por meio de políticas públicas, possibilitadas pela construção de fontes estáveis de financiamento.

A criação do Fundo Nacional para a Promoção dos Direitos das Mulheres, nos termos propostos, tem o nobre intuito de viabilizar uma série de políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, com vistas a assegurar-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Todavia, considerando o compromisso brasileiro de tomar as medidas necessárias para impedir a violência contra a mulher, firmado na Convenção de Belém do Pará, ratificada em 27 de novembro de 1995, assim como as discussões e constatações realizadas no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, instalada em 2012, entendemos que os recursos do Fundo criado sejam direcionados, especificamente, ao financiamento das ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Essa restrição da finalidade visa a ampliar a eficiência da referida Política, dando inteira aplicabilidade à Lei Maria da Penha, assim como a evitar que recursos do Fundo sejam destinados a ações que porventura tenham menor relevância ou até mesmo sejam indesejadas no âmbito da defesa dos direitos das mulheres.

Importante mencionar que a CPMI da Violência contra a Mulher realizou um diagnóstico da situação da atuação dos entes públicos no enfrentamento a Violência contra Mulheres, tendo concluído que a descontinuidade dos serviços e a falta de recursos para a manutenção dos mesmos tem sido pernicioso para a superação desta violência.

A Comissão Mista verificou, à época, que o sucateamento e o desaparecimento da rede inviabilizam a resposta adequada às mulheres que buscam ajuda, o que as coloca em situação ainda mais delicada frente ao agressor, tornando-as ainda mais vulneráveis à violência.

Sendo assim, considero que a proposta da ilustre deputada Flávia Moraes merece prosperar, visto que garante uma importante fonte de financiamento em defesa dos direitos das mulheres, todavia, pequenas modificações do seu escopo podem aprimorá-lo, de forma a garantir recursos para a questão que consideramos mais prioritária, qual seja, o combate à violência, motivo pelo qual apresentamos o substitutivo a seguir.

Acolhemos também no substitutivo, a inclusão de dispositivo que prevê a divulgação, em Portal da Transparência Virtual, das contas de receita e despesa do Fundo, incluídas informações acerca do montante captado e das ações desenvolvidas.

Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 7.559, de 2014, na forma do substitutivo.

Sala da Comissão, em 02 de setembro de 2015.

POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

Vice-Líder

PDT/RS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.559, DE 2014.

Institui o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Autora: Deputada **Flávia Moraes**

Relator: Deputado **Pompeo de Mattos**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de natureza contábil, destinado a financiar as ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Parágrafo único. O Fundo deve atender, na forma de seu regulamento, aos objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres:

I - as contribuições referidas nos arts. 4º e 5º desta Lei, que lhe forem destinadas;

II – as dotações consignadas na lei orçamentária da União;

III – as doações, as contribuições em dinheiro, os valores e os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV – os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

V – os rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

VI – os saldos de exercícios anteriores;

VII – outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres serão aplicados em:

I – implantação, reforma, manutenção, ampliação e aprimoramento dos serviços e equipamentos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

II – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços de garantia de direitos e assistência às mulheres em situação de violência, bem como prevenção e combate à violência;

III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos serviços referidos neste artigo;

IV – implantação de medidas pedagógicas, campanhas e programas de formação educacional e cultural consoantes com os objetivos e prioridades da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

V – programas de assistência jurídica às mulheres em situação de violência;

VI – participação de representantes oficiais em eventos científicos relacionados à temática da violência contra as mulheres;

VII – publicações e programas de pesquisa científica relacionados à temática da violência contra as mulheres;

VIII – custos de sua própria gestão, exceto despesas de pessoal relativas a servidores públicos.

Art. 4º O inciso I do caput do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

I - as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso e aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

.....” (NR)

Art. 5º A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto de renda devido, em cada período de apuração, o total das doações feitas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional.

Parágrafo único. A dedução a que se refere o caput deste artigo somada à dedução relativa às doações efetuadas aos fundos do Idoso, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, não poderá ultrapassar 1% (um por cento) do imposto devido.

Art. 6º A gerência do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e fixação dos critérios para sua utilização caberão ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.

Art. 7º. É obrigatória a inclusão mensal das receitas e dos valores utilizados do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em Portal da Transparência virtual, com acesso irrestrito a toda sociedade.

Parágrafo Único. Deverão constar do Portal da Transparência, além de outras informações pertinentes, a origem, a discriminação pormenorizada das ações contempladas, o montante e os rendimentos de todos os recursos captados pelo Fundo, bem como o destino das aplicações.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 03 de setembro de 2015.

POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
Vice-Líder
PDT/RS